



O QUE É, COMO E POR QUE HISTÓRIA PÚBLICA? ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE INDEFINIÇÕES

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3426

Bruno Flávio Lontra Fagundes, UNESPAR

Resumo

Conforme discussão incipiente no Brasil, a História Pública ganha adeptos interessados não só em saber do que se trata, como o que se pode fazer com ela, ao mesmo tempo em que conta com a rejeição de interessados em desqualificá-la em nome de ideais legendados, em boa parte do tempo, sob os cuidados de “usos do passado”. A partir de leituras de autores, estrangeiros ou não, traduzidos ou não, a comunicação objetiva fazer ligeira incursão sobre aspectos envolvidos nas indefinições do que seja “história pública” no Brasil. Um texto mais prospectivo, fazendo anotações sobre indefinições do que seja exatamente história pública como campo de saber em institucionalização. Mesmo que – pretensão pretensiosa – não ofereça uma definição conclusiva sobre a história pública, o texto considera, ainda, que aspectos internos à prática historiadora devem ser considerados, articulados à forma como se organiza o conhecimento histórico acadêmico no Brasil quando comparado com conhecimentos históricos não-acadêmicos, que terminam por acolher o reconhecimento de “história pública” com muita mais adequação do que o que fazem os historiadores acadêmicos. O texto cogita, com isso, sobre se é viável se pensar numa natureza conceitualmente arredia à história pública no Brasil da parte da universidade, arredia a legitimações externas de seu conhecimento produzido, e assinalar de vez o apelo sobre a urgência de historiadores assumirem a discussão em vista dos impactos epistemológicos que afetam a disciplina.

Palavras Chave:

História; História Pública; História Privada; públicos; legitimações.

A História Pública chegou na agenda de discussão no Brasil, embora as resistências e desconfianças ainda sejam grandes. Já ouvimos colegas referindo-se à História Pública mais ou menos dessa forma: “Será que as pessoas vão gostar, vão entender, vão querer a História?”. Mas, de quem é a História para imaginarmos que as pessoas não vão querer? Ela, história, não lhes pertence também? A nosso ver, tal afirmação demonstra desentendimento e sentimento de ameaça. Quando se trata de História, o Brasil, “permanece o país da academia”, como quer Henri Rousso (1984) escrevendo sobre a França.

É ocioso dizer que a origem da História Pública são os Estados Unidos, nos anos 1970, e mais extensivamente países anglo-saxões. Nos Estados Unidos foi reconhecidamente uma iniciativa ligada a empregabilidade de historiadores o que disparou sua discussão. Segundo Jill Liddington (2011, p.34): “[a história pública refere-se também ao] método histórico fora da academia (...) Historiadores públicos estão a trabalho sempre que, dentro de suas qualificações profissionais, são parte do processo público”. Conclui a autora: “a ênfase, aí, recai sobre os profissionais e sua empregabilidade no espaço público (...)”.

O site norte-americano do *National Council on Public History* (Conselho Nacional de História Pública) dá a dimensão de um dos aspectos que justifica a discussão nos Estados Unidos ao realçar os lugares de trabalho e atuação disponíveis para historiadores formados para práticas de trabalho que são não-acadêmicas, ou que não têm no destino final o trabalho acadêmico. Ali, há uma “jobs page updated weekly” [*página de empregos semanalmente atualizada*].

Na França não foi diferente, como confirma Rousso (1984), escrevendo num momento em que os *Annales* avançavam sobre meios de comunicação, coleção de livros de bolso, difusão de história para públicos não

especialistas. A Escola dos *Annales*, com autores que integram, hoje, a lista de nossas principais referências bibliográficas em cursos de História, cresceu dessa comercialização ou interação com outros públicos. Examinando o nascimento da História disciplina ainda no século XVIII, comparando a França com a Inglaterra, Stephen Bann (1994, p.29) afirma que uma boa pesquisa seria a de verificar as relações entre a institucionalização da História disciplina com o desenvolvimento das formas de poder do Estado Moderno.

Henri Rousso (1984) pesquisa as origens francesas da *Public History* na França e as identifica ainda nos anos 1930 na origem da Sociologia e da Economia, que, segundo o autor, “conheceram um progresso considerável (...) graças à pesquisa contratual” para empresas e governos. Rousso evita traduzir o *public* inglês para o *publique* francês por questões de semântica. Assim como, pessoalmente, não gostamos da nomeação da história pública no Brasil como História “popular”, ou “popularização da História” pela evidente carga pejorativa que recai sobre a expressão “popular”: normalmente o “popular” são as massas, manipuláveis, paternalizadas, ignoras, normalmente desescolarizadas ou semi-escolarizadas a quem não se atribui muita capacidade de discernir ou que só teria condições de gostar e compreender conteúdos e mensagens sem problematizações e sensacionalistas.

A discussão que Rousso conduz em seu texto faz distinção importante: para ele a discussão sobre História Pública é mais antiga do que se pensa, nada atual – atual para ele é o reavivamento do interesse pela história, expresso no que chama de “demandas sociais”. Para Rousso, a História Pública é tão antiga quanto a discussão, ainda do século XIX, da distinção entre “História desinteressada” e “História aplicada”. Maurice Godelier (1982, p.10 *apud* ROUSSO, 1983, p.114) é categórico:

as pesquisas nas ciências sociais não

poderão ser jamais transformadas numa sorte de engenharia social apta a produzir intervenções milagrosas sobre as contradições sociais. Em todo caso, o princípio a se respeitar em matéria de demanda social de pesquisa é que unicamente a comunidade científica é quem deve traduzir em objetivos conhecimento de realidade que a sociedade lhes pede para analisar. (tradução nossa)

Após analisar a relação da História Pública americana e francesa, e levantando questões relativas ao grau de História como investimento financeiro, tanto num país como noutro, Rousso nem por isso se abstém de dizer que, entre estas questões que levam a discussão para um lado mais mercadológico, há questões de fundo epistemológico. Ele diz: “entre esta concepção idealizada da história, quase mística mas certamente respeitável, e a engenharia social, de Maurice Godelier, o campo de exploração é vasto, incerto e largamente aberto” (ROUSSO, 1983, p.114, tradução nossa)

A França não é mesmo o Brasil, embora as demandas sociais por História sejam enormes lá como aqui. Demandas que evitamos pensar sejam só por sensações e espetáculos, mas também por esclarecimentos. A disciplinarização da História, a transformação da História em algo ensinável, a didatizou e esvaziou dela seu caráter de conhecimento memorial que pertence a todos. Embora sua precisão e caráter investigativo evite “conhecimento do passado” que não é conhecimento, mas desconhecimento.

Se outras realidades da História Pública não são comparáveis ao Brasil, não há dúvidas de que existem pontos de contato entre as motivações que redundaram na História Pública naqueles países e hoje no Brasil. É possível que pesquisas ainda apontem que a História Pública no Brasil também seja mais antiga. Abafada pela força da academia em mantê-la distante.

Por aqui, o mercado profissional de História – que numa longa tradição se limitou ao magistério de Ensino Básico e, mais difícil, ao Magistério Superior - não tem sido promissor e, provavelmente, há outras razões nem sempre profissionais por detrás da escolha da maioria daqueles que querem a área como curso superior. Se o horizonte de expectativa de trabalho para historiadores se amplia para diversos trabalhos com memória localizados em lugares e pontos de atuação em que os historiadores formados poderiam estar mas que não estão, nem por isso não se discute. Não é comum que empresas, mídias, órgãos governamentais tenham em seus quadros historiadores no Brasil. Thais Nívea de Lima e Fonseca (2012, p.132) também realça o aspecto.

[Com relação à História Pública] no Reino Unido e nos Estados Unidos esses foram elementos motivadores para a construção do que seria uma forma diferenciada de inserção do conhecimento na sociedade e dos profissionais da área em funções mais diversificadas e próximas do grande público, respectivamente. Assim, outras instituições e espaços, tais como museus, arquivos, televisão, cinema, centros de memória, parques, seriam lócus possíveis de reflexão sobre a História, de sua divulgação para o público e de trabalho para pessoas com formação na área. Outras instâncias seriam as publicações de divulgação científica e, mais recentemente, os blogs, sites especializados etc.

Historiadores brasileiros não estão alheios aos debates nestes termos.

Em discussões profissionais da área, reuniões da ANPUH, nacionais e regionais, desde pelo menos há 10 anos, temas correlatos têm sido tratados, tais como: *O ofício do historiador e os novos territórios da História; História: desafios para o tempo presente; Comunidades e identidades: História (s) para que (m)?; História e Diversidade: Novas Narrativas, Sujeitos e*

Espaços; Conhecimento Histórico e Diálogos Sociais; Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios; Profissão historiador: formação e mercado de trabalho.

Embora pouco a pouco assumida, a discussão no Brasil não é sem conflitos.

Ela deixa em pé de guerra os recalitrantes à História Pública – a que alguns chamam pejorativamente de “história fast food” - normalmente sob a ironia de que a publicização da História especialista pode comprometer a qualidade de pesquisas e investigações cuja demanda deve provir da academia e não de demandas da sociedade – e esvaziada do caráter metodológico, e mais vagaroso, com que qualquer pesquisa metódica exige.

Tomada como divulgação, a História Pública não pode ser *mais que um mero clique no History Channel?* (a expressão é de Liddington, 2011). Ou uma hora marcada com a minissérie de televisão ou a novela de época? “(...) o estudo de história pública está ligado a como adquirimos nosso senso do passado – por meio da memória e da paisagem, dos arquivos e da arqueologia” como defende Jill Liddington (2011) (e, por consequência, é claro, do modo como esses passados são apresentados publicamente).

O argumento da resistência de muitos historiadores com a História Pública induz a um raciocínio de que a História Pública seria algo como “aquela história que chega a públicos não-formados mas que tem pouco cuidado metodológico, feita de modo rápido e sem rigor”, o que contém mistificações sobre o conhecimento do passado. Não haveria um mal alojado na apresentação pública disfarçada de falta de cuidado metodológico e história apressada? Tocados por algum senso de responsabilidade profissional – quando não tocados por um componente de defesa particular do campo para si próprios – historiadores sentem-se

responsáveis pelo que se diz do passado, pelos usos sociais do passado e saem em defesa do tratamento dos materiais do passado e de suas memórias por um procedimento científica e metodologicamente orientado, que, a seu juízo, não incorreria em irresponsabilidades metodológicas na apresentação daqueles passados. E em enormes enganos e usos ideologizados do passado para fins particularistas e/ou de grupos.

A definição de História Pública com uma conotação negativa que rejeita a suposta apresentação pública de passados metodologicamente não-embasados contaria também com um componente de autoridade que subtrairia dos historiadores profissionais o monopólio de dizerem o passado.

Schitino (2016, p.45) nos sugere que “é possível pensar numa ideia de história pública onde a história científica não encarna a posição de juiz do passado (...) e não toma para si a tarefa de desenvolver a consciência histórica levando conhecimento ao público leigo”. Também Duclos-Orsello, ao tratar de museus na Austrália, menciona o trabalho em colaboração de profissionais de museus e “scholars”, convivendo numa lógica de “igualdade de inteligências”. Segundo Duclos-Orsello (2013, p.125), há um princípio nesta troca: “aqueles que sabem alguma coisa se engajam com outros que sabem alguma outra coisa”.

No Brasil, a discussão parece ameaçar a “autoridade para dizer a história” dos historiadores acadêmicos, onde academias e grupos de discussão intelectual, historicamente, não aceitavam se justificar publicamente, uma vez que o que justificaria sua existência seria tão natural que não teriam mais com quem se justificar a não ser consigo mesmos.

A questão da autoridade remete, primeiramente, no interior do debate sobre História Pública, ao conceito já quase canônico de “shared authority” de Michael Frisch, ao trabalhar na

perspectiva da História Oral, a uma ideia de autoridades de interlocução que sabem a seus modos sobre algo. O item “autoridade” está encarnado no debate sobre História Pública e sua importância advém de certa recusa da parte de historiadores em aceitar que a autoridade que uma formação científica concede não possa com alguma igualdade de condições discutir com outros que não tenham a formação que não conta com a sanção científica. Egresso da História Oral, Frisch elabora o conceito de “shared authority” (autoridade compartilhada) pensando nesta possibilidade de diálogo entre quem sabe história a seu modo – sejam historiadores formados ou qualquer cidadão.

De dentro da discussão entre a história orientada pelo mercado e a história acadêmica, sem referir-se ao debate sobre a História Pública, Beatriz Sarlo (2007) acaba por dizer aspecto que se desloca para a discussão do caráter público da História. A autora chama a atenção para um conflito de autoridades numa disputa entre consumidores de história no mercado em que os historiadores, em concorrência com profissionais não-acadêmicos, estão perdendo, e isso por alguns motivos arrolados por SARLO (2007, p.12-15). Segundo a autora:

Nessa concorrência, a história acadêmica perde por motivos de método, mas também por suas próprias restrições formais e institucionais, que a tornam mais preocupada com regras internas do que com a busca de legitimações externas que, se são alcançadas por um historiador acadêmico, podem até gerar a desconfiança de seus pares. As histórias de grande circulação, em contrapartida, reconhecem na repercussão pública de mercado sua legitimidade (SARLO, 2007, p.15)

Relevante, e tomada a história pública como divulgação, não seria o caso de perguntarmos se discutir “mercado

de história” não é pertinente?

Já de dentro do debate sobre a História Pública, e da formação que nossos cursos de História oferecem, Jurandir Malerba (2014) refere-se ao que identifica como profissionais que, de dentro do ambiente digital para um público que tem na web o lugar em que procura – e encontra – história, conferem àqueles profissionais, não importa se especialistas ou não, o papel de emissores da história de que os públicos precisam, ou desejam – muitas vezes públicos de colegiais, os quais historiadores percebem que precisam conquistar. Malerba afirma que – em outras palavras - os não-profissionais estão “ganhando esta disputa” pela autoridade de responder sobre o que é o passado, que poderia ser dos historiadores também.

Mas há ainda um aspecto indispensável, a nosso ver.

A discussão sobre a História Pública requer estender a reflexão para nossos cursos, e repensar parte de nossa formação baseada na produção textual-verbal-alfabética. Malerba (2014) faz ponderações sobre os desafios que envolvem a relação públicos externos e cursos de História, e pondera que os historiadores não podem mais fugir dessa discussão: “é imperiosa a necessidade de os historiadores acadêmicos assumirem a importância da dimensão pública de sua atividade, ultrapassando os muros da academia para cada vez mais tomar parte, como especialistas, nos debates de interesse público.” (MALERBA, 2014, p.43)

Se uma das premissas da História Pública é a de imaginar o historiador falando extra-muros da universidade, comunicando para públicos que não se limitem a seus pares – presumido que o que tem a dizer pode ser muito bom – é, a meu ver, da parte da relação entre história e memória que provém um primeiro fundamento epistemo-ontológico da História Pública e onde os historiadores profissionais têm muito a ajudar a

esclarecer: como conhecer o passado de tal modo que o conhecimento produzido seja importante para aqueles que o consomem? Penso que a relação da História com a Memória pode compreender isso. Investigar memórias é encontrar novas narrativas e outros sentidos de História, inclusive sentidos mais inclusivos para muitos que estão fora de narrativas memorialísticas consagradas de História. Só a pesquisa pode fazer isso. Os que resistem à História Pública guardam sua dose de razão.

O fundamento social da História pode ser entendido como a convicção de que o passado é matéria viva encarnada em narrativas que contam, do princípio ao fim, o que teriam sido acontecimentos e processos sociais, de tal forma a significar para outros públicos sobre o que são suas vidas individuais e/ou coletivas. Se numa tradição intelectualista – que põe o intelectual como consciência do público a quem falta a compreensão que, ele, intelectual, deve suprir – e mesmo numa tradição científica – em que o cientista é aquele que chega a resultados para o conhecimento mais bem acabados e firmados na convicção de que suas verdades sejam mais precisas e exatas por causa de seus métodos e o rigor de sua análise validada pela autoridade da ciência – tais tradições podem ocultar um risco. O de que o cientista ou o intelectual mais bem conhecem o passado para fazer aquela narrativa – é ele quem sabe. E ninguém mais saberia. A questão da especialização em História é bem imbricada com a pesquisa sobre o humano, uma vez que tratar do humano para o humano não deve pretender dizer ao humano o que ele é, desdenhando seu conhecimento.

Na obra-prima *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa, o protagonista, um ex-jagunço, Riobaldo Tatarana, é o sertanejo que concede uma entrevista ao homem da cidade que vai publicar um livro. O ex-jagunço entende o homem da cidade como alguém que lhe dá

“alta instrução”, aquele que “lhe dá alta valia”. Porém, ao mesmo tempo, o ex-jagunço sabe que, sem seu conhecimento, o escritor nunca vai conseguir escrever uma história do sertão como contraponto dos livros e dos materiais escritos que o escritor lê em sociólogos e intérpretes do Brasil. O ex-jagunço sabe que, na pesquisa, o único que ainda guarda histórias do sertão como arquivo vivo é ele, que tem outra memória do sertão para contar, tão válida como a do escritor. Que também entende e reconhece a autoridade do ex-jagunço. O mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende. Eis o epíteto do romance rosiano.

O início da História ciência contou com conflitos assemelhados a uma disputa por memórias e lugares. Quando instituída a ciência histórica no século XIX europeu, como modo de exaltar sua relevância social, os cientistas quiseram fazer passar pelo seu crivo a validação de qualidade das narrativas do passado produzidas, como se só houvesse valor naquilo que eles escreviam. Pois todos aqueles que escreviam *do* ou *sobre* o passado, e cujos públicos não faziam questão da chancela científica, foram aqueles públicos que aceitavam, por outro sistema de autoridade, a validade de conhecimento dos que escreviam história por modos que não eram autorizados pela universidade (Bann, 1994). Talvez registrem-se aí os acontecimentos ligados a um passado da disciplina histórica que firmou as bases de sua validação e de sua explicação auto-centrada: uma vez que públicos diversos não aceitavam a autorização de historiadores formados e treinados pelos rigores da ciência, então desprezem-se os públicos. Mesmo fossem eles “homens de letras”, que foram aqueles quem, até antes da cientificação da história, compunham as academias e grêmios intelectuais onde se escreviam sobre o passado de um lugar, um povo, uma nação. E que eram reconhecidos publicamente.

Para um saber de valor e uso

social através de narrativas de memórias que são tomadas como história, a trajetória pode ter sido o de um caminho de auto-enclausuramento. A nosso ver, a História Pública força para o desencastelamento, o reconhecimento de que, contra as narrativas de memória que não resistem a uma inquirição dos fatos provenientes da investigação metódica, teórica e metodologicamente orientada, a história acadêmico-científica pode ser um antídoto. A História Pública, a nosso ver, poderia ser uma contra-história, ou uma outra narrativa de memória produzida como conhecimento do passado cuja compreensão deve passar a participar da esfera dos debates públicos. A História Pública não é só aparecer na tevê ou fazer blog na web. Com certeza que não.

Outro aspecto indispensável que a discussão ainda terá de enfrentar, contra todos os interesses nele assentados, é que ela não vai conseguir desconectar a relação História Pública e cursos de História, como já dissemos. Um olhar para o mercado terá de ser feito, em algum momento, e o primeiro alerta para isso está sendo feito, há algum tempo, pelos cursos EAD.

Não é impertinente tocar em aspectos já apontados por autores para outros países em comparação com a realidade da adoção da História Pública no Brasil, embora as diferenças sejam gritantes. Há diferenças gritantes entre Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Austrália, Alemanha, França, por exemplo, e o Brasil. Diferenças sejam em termos de tipo de demanda social pela função do historiador, mercado de trabalho e empregabilidade, o perfis do “homo academicus”, (Bourdieu, 2011) o nível sócio-cultural da população, renda média do cidadão, qualidade de prestação do serviço educativo-escolar, atuação política dos agentes definidores de políticas educacionais, institucionalização da cidadania, igualdade de tratamento público das demandas da vida pública etc. Isso, no entanto, não pode paralisar a

discussão. Tudo afeta, a nosso ver, a disseminação da História Pública, uma vez que tudo isso dá forma ao que públicos podem esperar da História como algo que favoreça uma história na vida prática e afeta, ainda, a caracterização de um caráter público da atuação do historiador de modo a fazê-lo ver que tudo que faz atinge públicos diversos. Santhiago faz questionamento importante, complexificando a questão da relação entre cursos de História e a História Pública: seria a pesquisa especialista – e por extensão sua formação – a mesma que se faz quando se pensa em outros públicos como os alvos da história? (SANTHIAGO, 2016)

Não há dúvidas das distorções e abusos que não-profissionais andam cometendo ao fazerem história para públicos dispostos a ouvir história de qualquer um, ainda mais em ambientes carregados de polarização ideológica. Ciosos de sua responsabilidade social, historiadores saem em defesa, resta saber se em defesa da pertinente leitura do passado ou do campo de saber histórico, no sentido de Bourdieu. É preciso saber ficar atentos a aventureiros e interessados em se apegar ao passado para dizer qualquer história como se verdade fosse. Não há dúvida de que a crítica à História Pública feita às pressas e com o fim de garantir o espaço acadêmico fechado pode ser tão incabida quanto sua exaltação como solução de todos os problemas.

Mas a discussão sobre história pública não deve levar em conta desqualificações, mas discussões e debates onde historiadores treinados devem participar.

Como Thais Fonseca defende ao estudar as mídias e a divulgação de conhecimento histórico como componentes de uma aproximação da História acadêmica com públicos maiores: “História Pública como um caminho para se pensar a função e os usos dessas mídias na divulgação da História como conhecimento academicamente

produzido e como patrimônio coletivo” (2012, p.132).

Ana Maria Mauad (*apud* Santhiago, 2016) sugere que a “história pública é uma atitude” mais do que uma prática. A afirmação da autora é-nos pertinente e alinha nosso raciocínio ao suposto de que a asserção positiva da história pública está no fato de que o historiador deve mudar de atitude e, a nosso ver, mudar de atitude com relação ao conhecimento que produz, a relação desse conhecimento com o conhecimento histórico-social existente na cultura histórica e a imaginação sobre qual seu papel na sociedade. No Brasil não são poucos os colegas que têm tomado a atitude de participar da História para outros públicos acrescentando ao conhecimento histórico corrente, maculado de usos particularistas, as ideias que o conhecimento científico elabora. O mais difícil, a meu ver, é lidar com dois dados fortemente arraigados na realidade brasileira: por um lado, o de que existe forte preconceito contra o intelectual e, por outro lado, o desdém do intelectual contra aqueles que eles insistem em pensá-los como ignorantes, incapazes, alienados.

O processo é quase que mutuamente explicativo: numa terra de imensa maioria de semi-escolarizados e desescolarizados, homens instruídos e ilustrados aprenderam, naturalmente, a se dirigir a muito poucos que liam e escreviam, os quais, por sua vez, levou nossos intelectuais se distanciarem deles cada vez mais, enclausurando-se em suas universidades, centros de pesquisa, suas altas teorias. É similar a história da literatura brasileira, em que escritores sempre escreveram para seus pares, num país de iletrados ou semi-letrados, sem nunca precisarem escrever conectados com demandas de seus públicos dispersos socialmente. O fardão acadêmico sempre foi seu sonho e lhes bastava!

E aqui terminamos com algo sobre legitimação – conexa ao sentido da obediência ou do reconhecimento público

quando se tem a autoridade reconhecida e aceita. Vamos nos bastar na auto-legitimação financiada todo mês pelo Estado ou procurar também por legitimações externas, extra-muros? Com as demandas sociais por identidade, por revisão de memórias, a História é naturalmente reconvocada.

A escola é, talvez, o grande universo dessas novas demandas, onde elas aparecem com clareza. Durante largo tempo o livro didático e o professor-mestre garantia, em benefício de um passado tomado como “nacional”, a função e a autoridade indiscutíveis da História – em situações, mesmo, em que professores das escolas eram também professores da universidade. Mas novas demandas de uma sociedade cuja visibilização de sua diversidade a tornou uma realidade de muitos passados e histórias, vêm à história com outros apelos. Sarlo garante que a História perdeu seu poder de síntese, seu paradigma totalizante, “sínteses hoje consideradas impossíveis, ora indesejáveis e, em geral, conceitualmente errôneas”, sínteses que corresponderiam, hoje, às “visões globais, aquelas que, na ambição dos grandes historiadores do século XIX, foram [suas] sínteses” (SARLO, 2007, p.13).

Mas essa realidade de perda de poder de síntese, com consequente afastamento do público em geral, pode ser diferente, se as realidades requerem abordagens com especificidades e sem enormes generalizações/sínteses? A escola é um radar dessa mudança de realidade por demandas pelo conhecimento histórico. São demandas outras, sejam por conteúdos, por encaminhamentos didáticos mais próximos do que os alunos já fazem e com os quais são mais familiarizados. É preciso ensiná-los outros encaminhamentos? Sem sombra de dúvidas, mas não desdenhar o que eles sabem e trazem consigo. Provavelmente seja isso que deixe professores atônitos: como fazer com a formação erudita de pesquisa que tenho –

devem perguntar-se - com esses alunos que me pedem alguma coisa para o que eu nunca fui formado?

Talvez seja hora mesmo de os historiadores tomarem a rédea da História que desagua no mercado, por onde chegam até as mentes. E se conectarem, dentro de seus cursos, fazerem a parte da revisão que os capacite ao argumento em favor da História Pública, definindo-a com mais precisão. Não será preciso abandonar esta ideia/noção possivelmente equivocada de que os ouvintes/leitores/consumidores são incapazes de compreender ou se interessar por outra coisa para além do sensacionalismo?

Porque o processo de aprender não começa no saber o conteúdo, mas no processo de aceitar que o que o outro tem algo a dizer pode ser importante para sua compreensão das coisas. Neste processo, historiadores acadêmicos terão o que ensinar, mas também o que aprender no sentido de perceber que o conhecimento histórico não lhes pertence. Se são conhecimentos diferentes, certamente, mas nunca devem ser diminuídos ou aumentados uns com relação a outros. Mas discutidos. Enquanto historiadores não aceitarem que assim seja, continuarão perdendo espaços que poderiam estar ocupando. Ou então continuarão tendo de garantir o espaço secular que garantiram um dia na universidade, espaço que, hoje, anda cada vez mais difícil de garantir, sofrendo ataques de todos os lados e sob argumentos contra os quais ou agimos ou corremos sérios riscos de sermos esvaziados.

Referências

- BANN, Stephen. A história e suas irmãs; direito, medicina e teologia. In: _____. **As invenções da História**. Ensaio sobre a representação do passado. SP: Ed. UNESP, (1994), p.27-50.
- BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. Florianópolis, SC: Ed. Da UFSC, 2011.
- DUCLOS-ORSELLO, Elizabeth. Shared Authority: the key to Museum Education as social change. **Journal of Museum Education**, v.38, n.2, July 2013, p.121-128.
- FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. Mídias e divulgação do conhecimento histórico. **Revista Aedos**, n.11, v.4, set.2012. p.129-140.
- GODELIER, Maurice. **Les sciences de l'homme et de la Société en France**. Paris: La Documentation Française, 1982.
- LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? O público e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. SP: Letra e Voz, 2011. p.31-52
- MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a história? uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não-acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre a *Public History*. **História da Historiografia**, UFOP, Ouro Preto, n.15, agosto 2014, p.27-50.
- ROUSSO, Henri. L'histoire appliquée ou les historiens thaumaturges. **Vingtième Siècle**, revue d'histoire, n.1, janvier 1984. p.105-122.
- SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados. Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; Santhiago, Ricardo. (Orgs.) **História Pública no Brasil**. Sentidos e Itinerários. 2016. p. 23-36.
- SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. BH: Ed. Da UFMG, 2007
- SCHITINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; Santhiago, Ricardo. (Orgs.) **História Pública no Brasil**. Sentidos e Itinerários. 2016. p. 37-46.